EFEITOS DA AUSÊNCIA DO PSICÓLOGO ESCOLAR EM UMA ESCOLA ESTADUAL

Giovana Rezende Marques, Camila Beltrão Medina

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, giovanarm2006@gmail.com; camila.medina@univap.br

Resumo

O presente artigo analisa, à luz da Psicologia Escolar, os efeitos da ausência do psicólogo escolar em uma escola pública estadual de São José dos Campos-SP. A pesquisa baseia-se em experiência vivenciada durante Estágio Supervisionado de Licenciatura em Psicologia, com abordagem qualitativa e caráter descritivo. Foram realizadas observações do cotidiano escolar, conversas informais com a equipe pedagógica e intervenções psicoeducativas, por meio de regência (atividade obrigatória do estágio de licenciatura), com estudantes dos 2º e 3º anos do Ensino Médio no período noturno. Os resultados indicam demandas emocionais, relacionais e institucionais que atravessam o processo educativo, incluindo desengajamento discente, conflitos interpessoais, sobrecarga docente e limitações nas estratégias disciplinares. Conclui-se que a ausência de atuação contínua do psicólogo escolar limita a construção de ambientes educativos mais acolhedores e a efetivação de práticas preventivas e multidimensionais, evidenciando a necessidade de implementação das equipes multiprofissionais previstas pela Lei nº 13.935/2019.

Palavras-chave: Psicologia, Escola, Sobrecarga, Ausência Profissional, Ensino Médio.

Área do Conhecimento: Humanas/INID.

Introdução

A escola desempenha papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes, mas o cotidiano escolar é atravessado por desafios que impactam o processo de ensino-aprendizagem, como dificuldades de convivência, desengajamento discente, sobrecarga docente e demandas relacionadas à saúde mental. Nesse contexto, a Psicologia Escolar pode contribuir para a compreensão das relações e condições que constituem o cotidiano educacional, favorecendo a construção de ambientes mais acolhedores e fortalecendo os vínculos entre estudantes, professores, famílias e gestão.

As reflexões deste artigo têm origem nas experiências vivenciadas durante o Estágio Supervisionado de Licenciatura em uma escola estadual de educação básica, situada em São José dos Campos SP, que atende jovens do período noturno, muitos dos quais conciliam trabalho e estudo. Ao longo do estágio, foram observadas situações relacionadas à gestão da sala de aula, ao descumprimento de normas escolares, ao uso de celulares durante as aulas, à convivência entre estudantes e à sobrecarga dos professores, além da ausência de um psicólogo escolar atuando de forma permanente. Nesse contexto, a ausência não é um acaso, de acordo com Oliveira (2025) e Monteiro e Tondin (2025), a Lei nº 13.935/2019, que determina que as redes públicas de educação básica devem contar com equipes multiprofissionais de Psicologia e Serviço Social, enfrenta obstáculos estruturais e de financiamento para sua implementação.

É importante destacar que, em uma perspectiva crítica, a Psicologia Escolar não deve assumir uma função de controle disciplinar ou de correção de comportamentos considerados inadequados. Patto (2022) problematiza a compreensão individualizante do fracasso escolar, destacando a importância de considerar as condições sociais e escolares envolvidas na produção das dificuldades enfrentadas pelos estudantes. Nessa mesma direção, Guzzo et al. (2010) defende uma atuação da Psicologia comprometida com a realidade social e com ações preventivas e coletivas no contexto educacional. Barbosa e Souza (2012) apresentam uma compreensão da Psicologia Escolar que valoriza o contexto em que os processos educativos acontecem. Nessa perspectiva, a atuação do psicólogo deve

considerar as relações entre os diferentes sujeitos que fazem parte da escola, evitando uma intervenção centrada apenas em problemas individuais. Assim, a atuação desse profissional não se restringe ao atendimento individual de estudantes ou ao enfrentamento de situações disciplinares, podendo contribuir para a mediação das relações, o apoio aos docentes, a construção de estratégias coletivas e a compreensão das demandas que atravessam a instituição.

Diante desse contexto, o objetivo deste artigo é analisar, à luz da Psicologia Escolar Crítica, as demandas emocionais, relacionais e institucionais observadas durante o estágio de licenciatura, discutindo de que maneira a atuação do psicólogo escolar pode contribuir para a compreensão e o enfrentamento coletivo dos desafios presentes no cotidiano de uma escola pública estadual de Ensino Médio no período noturno.

Metodologia

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, desenvolvido a partir das atividades realizadas durante o Estágio Supervisionado de Licenciatura em Psicologia. A escolha pela metodologia qualitativa justifica-se por possibilitar uma compreensão mais aprofundada das experiências e dos significados atribuídos pelos sujeitos às situações vivenciadas considerando o contexto em que esses fenômenos ocorrem, conforme Minayo (2012). A experiência ocorreu em uma escola pública estadual localizada no município de São José dos Campos, São Paulo, no período noturno, entre os dias 27 de abril e 3 de junho de 2026, totalizando 100 horas de atividades na instituição.

O estágio contemplou a observação do cotidiano escolar, participação nas aulas e regência sobre conteúdos da Psicologia, durante a regência foram desenvolvidas intervenções com estudantes de três salas do 2º ano e duas salas do 3º ano do Ensino Médio, com aproximadamente 30 estudantes por sala, embora o número de participantes presentes variasse conforme os dias de realização das atividades. Além dos estudantes, a experiência envolveu interlocuções com membros da comunidade escolar, incluindo a diretora e o coordenador da instituição, seis professores efetivos e dois professores eventuais.

Inicialmente, foi realizada a caracterização do campo por meio da consulta ao Projeto Político-Pedagógico da instituição e da observação participante de sua organização e dinâmica cotidiana. As observações abrangeram aulas, interações entre estudantes e professores, estratégias utilizadas pela gestão diante de conflitos e situações relacionadas à participação e ao engajamento dos alunos. Também foram realizadas conversas informais com a equipe gestora e docentes nos momentos de intervalo e reuniões pedagógicas, o que possibilitou a identificação de diferentes perspectivas acerca das demandas presentes no contexto educacional. De acordo com André (2005), observar o cotidiano escolar por meio de uma perspectiva etnográfica possibilita compreender aspectos da realidade da escola que nem sempre são evidentes em uma observação superficial. Esse tipo de olhar permite perceber como as relações entre os sujeitos, as práticas institucionais e as diferentes situações vivenciadas no dia a dia influenciam a dinâmica escolar.

A partir das demandas identificadas, foram planejadas e desenvolvidas intervenções de caráter psicoeducativo. As atividades abordaram temáticas relacionadas à identificação e expressão de emoções, atenção sustentada, comunicação e colaboração, regulação emocional diante de situações de pressão e resolução de conflitos. Entre as estratégias utilizadas estiveram atividades lúdicas, dinâmicas em grupo e rodas de conversa, buscando favorecer a participação dos estudantes e a reflexão sobre as experiências vivenciadas no ambiente escolar. De acordo com Franco (2015), as intervenções psicopedagógicas baseadas na escuta atenta e na valorização da subjetividade dos alunos, podem se tornar ferramentas potentes de transformação das relações educativas.

Os registros produzidos durante as observações, as informações obtidas nas conversas informais e as experiências decorrentes das regências foram analisados de maneira descritiva e reflexiva. A análise foi organizada a partir de eixos relacionados às demandas emocionais, relacionais e disciplinares identificadas no cotidiano escolar, bem como às possibilidades de contribuição da Psicologia Escolar para esse contexto.

Resultados

1. Dinâmica do cotidiano escolar no período noturno

Durante o período de estágio, realizado no Ensino Médio noturno, foram identificadas demandas relacionadas à participação dos estudantes, à convivência escolar e às condições de trabalho dos docentes. As observações abrangeram turmas do 2º e 3º anos do Ensino Médio e evidenciaram diferentes formas de participação e interação no cotidiano escolar. Nas turmas do 2º ano, foram observadas situações como conversas paralelas, uso de celulares durante as aulas, saídas não autorizadas da sala e dificuldades de envolvimento com algumas atividades propostas. Também foram registrados conflitos entre estudantes e manifestações de intolerância, incluindo provocações de caráter homofóbico, evidenciando desafios relacionados à convivência e ao respeito às diferenças no espaço escolar.

Nas turmas do 3º ano, observou-se uma dinâmica distinta, caracterizada por maior silêncio, embora alguns estudantes apresentassem sinais de cansaço, incluindo episódios em que dormiam durante as aulas. Considerando que parte significativa dos alunos do período noturno conciliava trabalho e estudo, o cansaço foi compreendido como um elemento relacionado às condições concretas de vida desses estudantes e às formas de participação no cotidiano escolar. Dessa forma, as situações observadas foram consideradas não apenas como comportamentos individuais, mas em relação ao contexto social, educacional e institucional no qual ocorriam.

2. Estratégias disciplinares, lógica punitiva e precarização docente

A aplicação das normas institucionais revelou uma forte presença de mecanismos de controle externo sobre o comportamento dos estudantes. Professores e gestão recorriam frequentemente a intervenções corretivas, como advertências e encaminhamentos à direção. Em determinadas situações, a presença ou a possibilidade da presença de um policial da ronda escolar provocava mudanças imediatas no comportamento dos estudantes, como o armazenamento dos celulares. Entretanto, essas mudanças aparentavam ocorrer principalmente em função da autoridade externa, sem que necessariamente fossem acompanhadas por espaços de diálogo, reflexão ou construção coletiva de responsabilidades.

Em relação aos docentes, foram identificados relatos de desgaste emocional e físico, associados à necessidade constante de intervir nas situações de conflito e de buscar estratégias para favorecer a participação dos estudantes, além da escassez de recursos pedagógicos e de apoio institucional. A burocracia e a sobrecarga de tarefas administrativas também foram apontadas como fatores que atravessavam o trabalho docente. Nesse sentido, as dificuldades vivenciadas pelos professores não foram compreendidas exclusivamente como questões individuais, mas relacionadas às condições institucionais e à organização do trabalho escolar, configurando um cenário de precarização que evidencia a necessidade de maior suporte institucional e de redes de cuidado.

3. Vivências das intervenções psicoeducativas e emergência da subjetividade discente

A partir das situações observadas no cotidiano escolar, foram propostas durante a atividade de regência do estágio de licenciatura, intervenções psicoeducativas com o objetivo de criar espaços coletivos de expressão, diálogo e reflexão sobre temas relacionados à atenção, comunicação, colaboração, emoções e resolução de conflitos. As atividades incluíram dinâmicas como “Stop das emoções e percepções”, “Atenção sustentada – caça aos números”, “Comunicação e colaboração – desenhando às cegas”, “Foco sob pressão – montando palavras” e “Decisão e resolução de conflitos – Ilha deserta”. As intervenções foram acompanhadas por momentos de conversa e reflexão coletiva sobre as experiências vivenciadas durante as atividades.

Durante a atividade “Stop”, emergiram manifestações relacionadas à ansiedade, aos medos, às expectativas quanto ao futuro profissional e às percepções dos estudantes sobre a escola que foram descritas por alguns como “cansativa”, “chata” e “ruim”. Alguns estudantes também associaram a felicidade ao consumo de álcool e outras drogas, enquanto houve menções ao tráfico como possibilidade de inserção econômica. Tais manifestações foram compreendidas como expressões das experiências, percepções e perspectivas dos próprios estudantes, não sendo tomadas, isoladamente, como indicadores de uma condição individual. Ao mesmo tempo que algumas atividades favoreceram maior participação e interação entre os estudantes, outras precisaram ser interrompidas ou mediadas diante do surgimento de conflitos, evidenciando a complexidade das relações estabelecidas no espaço escolar.

Nas atividades de atenção e colaboração, muitos estudantes relataram dificuldades relacionadas à distração, ao barulho e à manutenção do foco, mas também demonstraram diferentes possibilidades

de participação quando encontravam condições favoráveis ao envolvimento. As rodas de conversa realizadas ao final das intervenções possibilitaram a expressão de percepções e experiências dos estudantes, favorecendo momentos de escuta e reflexão coletiva sobre as situações vivenciadas.

Dessa maneira, as intervenções constituíram espaços de diálogo e participação, permitindo compreender aspectos da experiência escolar que nem sempre se tornam visíveis nas práticas cotidianas e contribuindo para o fortalecimento dos vínculos e das relações no ambiente escolar.

Discussão

Os resultados evidenciaram que as dificuldades observadas no cotidiano escolar não podem ser compreendidas como problemas exclusivamente individuais dos estudantes ou dos professores. O uso frequente de celulares, as conversas paralelas, as dificuldades de atenção e os conflitos interpessoais devem ser analisados considerando as múltiplas relações que constituem o ambiente escolar. Nesse sentido, a Psicologia Escolar e Educacional contribui para uma compreensão ampliada das demandas escolares, considerando os aspectos sociais, institucionais e relacionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

O desengajamento observado entre parte dos estudantes também merece uma análise que ultrapasse a interpretação de falta de interesse ou indisciplina. Entre os alunos do período noturno, por exemplo, o cansaço decorrente da conciliação entre trabalho e estudos pode interferir na participação e na permanência nas atividades escolares. Assim, comportamentos como dormir durante as aulas ou apresentar dificuldades de concentração devem ser compreendidos a partir das condições concretas vivenciadas pelos estudantes. A análise dessas situações de forma contextualizada é fundamental para evitar a individualização de problemas que também possuem dimensões sociais e institucionais.

As situações relacionadas à aplicação das normas escolares também evidenciaram limites de práticas centradas predominantemente no controle dos comportamentos. Durante o estágio, observou-se que a presença ou a possibilidade da presença de uma autoridade externa produzia mudanças imediatas nas condutas dos estudantes, especialmente em relação ao uso de celulares. Entretanto, a modificação momentânea do comportamento não significa, necessariamente, a construção de compreensão, responsabilização ou participação dos estudantes nas regras de convivência. A partir da perspectiva de Foucault (1987), as instituições disciplinares historicamente utilizam mecanismos de vigilância, controle e normalização dos comportamentos. Dessa forma, a experiência observada permite refletir sobre os limites de respostas fundamentadas exclusivamente na vigilância e na punição diante de demandas complexas presentes na escola.

Essa reflexão não significa defender a ausência de regras ou desconsiderar a importância da organização do ambiente escolar. As normas são necessárias para a convivência coletiva; entretanto, os resultados sugerem a necessidade de associá-las a estratégias que favoreçam o diálogo, a participação e a construção de vínculos. Nesse sentido, intervenções preventivas e coletivas podem contribuir para que os conflitos sejam compreendidos e enfrentados antes que sejam reduzidos apenas à necessidade de punição ou controle.

Outro aspecto relevante foi o desgaste relatado pelos professores. A necessidade constante de intervir diante de conversas, conflitos e dificuldades de participação pode contribuir para o aumento da sobrecarga docente. De acordo com Folster Pereira et al. (2025), a atuação da Psicologia Escolar e as políticas de Qualidade de Vida no Trabalho são fundamentais na prevenção do sofrimento psíquico dos professores, uma vez que as condições institucionais e relacionais estão diretamente associadas ao mal-estar docente.

Nesse contexto, responsabilizar exclusivamente o professor pelas dificuldades presentes na sala de aula pode invisibilizar fatores institucionais mais amplos. Os resultados obtidos indicam que os desafios relacionados à convivência e à aprendizagem também produzem impactos sobre os profissionais da educação. Dessa forma, ações voltadas à promoção da saúde mental no ambiente escolar devem considerar não apenas os estudantes, mas toda a comunidade educativa.

As oficinas desenvolvidas no momento de regência possibilitaram observar que, quando são criados espaços específicos para diálogo e participação, os estudantes podem expressar questões que nem sempre aparecem durante as atividades pedagógicas tradicionais. As manifestações relacionadas à ansiedade, aos medos, ao futuro profissional e às percepções negativas sobre a escola evidenciaram a existência de demandas emocionais e sociais que atravessam a experiência escolar. Segundo Antonelli-Ponti et al. (2025), as ações de promoção da saúde mental desenvolvidas nas escolas podem

contribuir para atender às demandas dos estudantes. No entanto, para que essas iniciativas sejam efetivas, é necessário considerar as condições da própria instituição, bem como a preparação dos profissionais envolvidos.

Entretanto, é importante reconhecer os limites de intervenções pontuais realizadas por estagiários ou projetos de extensão. Embora as oficinas possam favorecer espaços de escuta e reflexão, elas não substituem uma atuação profissional contínua e articulada com a comunidade escolar. Essa questão torna-se particularmente relevante diante da ausência de um profissional de Psicologia atuando permanentemente na instituição observada.

A Lei nº 13.935/2019 estabelece que as redes públicas de educação básica devem contar com serviços de Psicologia e Serviço Social, por meio de equipes multiprofissionais, para atender às necessidades definidas pelas políticas educacionais. A legislação também prevê a participação da comunidade escolar e a atuação na mediação das relações sociais e institucionais, indicando uma perspectiva que ultrapassa o atendimento individual e clínico dentro da escola. De acordo com Oliveira (2025), embora a Lei nº 13.935/2019 represente um avanço significativo, sua implementação ainda enfrenta obstáculos relacionados à regulamentação e à falta de apoio estrutural nos entes federados, o que contribui diretamente para a ausência de psicólogos nas escolas observadas.

Nessa perspectiva, a contribuição do psicólogo escolar não deve ser compreendida como uma solução isolada para todos os problemas da instituição. A atuação desse profissional pode envolver ações preventivas, mediação de conflitos, trabalho com professores e gestores, promoção da participação estudantil e análise das condições institucionais que produzem determinadas demandas. Conforme salientam Oliveira, Leite e Coelho (2024), os professores reconhecem a postura ativa do psicólogo escolar, que atua como mediador das relações e fortalece as parcerias entre escola, família e alunos, indo além do atendimento individual. Nessa mesma direção, Monteiro e Tondin (2025), mostram que as práticas críticas da psicologia escolar na rede pública priorizam ações coletivas, mediação de conflitos e promoção do protagonismo estudantil, superando o modelo clínico-individual.

Assim, os resultados desta experiência reforçam a necessidade de compreender os desafios escolares de maneira coletiva e multidimensional. O desengajamento dos estudantes, os conflitos, as dificuldades relacionadas à disciplina e o desgaste docente não devem ser analisados isoladamente. Eles fazem parte de uma rede de relações e condições institucionais que exige estratégias articuladas entre estudantes, professores, gestão, famílias e profissionais especializados. Dessa forma, a Psicologia Escolar e Educacional pode contribuir para a construção de práticas que não estejam restritas à correção de comportamentos, mas que favoreçam a promoção da saúde mental, o fortalecimento dos vínculos e a melhoria das relações educativas.

Conclusão

A experiência vivenciada possibilitou identificar que os desafios presentes no cotidiano escolar ultrapassam questões relacionadas ao comportamento individual dos estudantes. As dificuldades de engajamento, os conflitos nas relações interpessoais, o uso de celulares, as estratégias disciplinares e os relatos de desgaste docente evidenciaram a existência de demandas emocionais, relacionais e institucionais que interferem nas relações educativas e no processo de ensino e aprendizagem.

As intervenções realizadas também demonstraram a importância de criar espaços de escuta, diálogo e participação, nos quais os estudantes possam expressar suas percepções, emoções e dificuldades. Segundo Siqueira e Machado (2025), os espaços de participação e discussão sobre saúde mental no cotidiano escolar se mostram potentes produtores de reflexão, indicando que a ausência de um profissional de Psicologia atuando continuamente na instituição evidencia a limitação da oferta de intervenções psicológicas sistemáticas e articuladas no contexto escolar. Nesse sentido, os resultados reforçam que estratégias baseadas exclusivamente em vigilância e controle são insuficientes para responder à complexidade das demandas escolares, sendo necessário articular normas de convivência a práticas de diálogo, prevenção e cuidado.

Diante disso, destaca-se a relevância da Psicologia Escolar e Educacional como área capaz de contribuir para uma compreensão ampliada das relações escolares e para a construção de estratégias coletivas de promoção da saúde mental e de fortalecimento dos vínculos. De acordo com Ribeiro (2025), a saúde mental escolar não deve ser compreendida como um campo técnico de intervenção individual, mas como uma dimensão relacional, coletiva e democrática da vida escolar. Sendo assim, a ausência de um profissional de Psicologia atuando de forma contínua na instituição evidencia a

necessidade de ampliar espaços de atuação multiprofissional no contexto educacional. Conclui-se, portanto, que o enfrentamento dos desafios escolares requer ações contínuas e articuladas entre estudantes, professores, gestão e profissionais especializados, superando perspectivas centradas exclusivamente na disciplina e favorecendo uma escola mais participativa, acolhedora e promotora de desenvolvimento.

Referências

ANTONELLI-PONTI, Mayra *et al*. Avaliação de processo de um programa de promoção de saúde mental para adolescentes baseado na escola. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 21, p. 01–09, 2025.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2005.

BARBOSA, Deborah Rosária; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, n. 1, p. 163-173, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s1413-85572012000100018. Acesso em: 4 set. 2026.

FOLSTER PEREIRA, Cristina *et al*. Reflexões para a promoção de saúde mental na escola: reflections on promoting mental health in schools. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, v. 17, n. 54, p. 34–49, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/109815. Acesso em: 24 ago. 2026.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 601-614, jul./set. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/gd7J5ZhhMMcbJf9FtKDyCTB/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 4 set. 2026.

GUZZO, Raquel S. L. *et al*. Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. esp., p. 131–141, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621–626, 1 mar. 2012.

MONTEIRO, Luísa Marcondes Santos; TONDIN, Celso Francisco. Práticas de psicólogas(os) escolares na rede pública de educação básica: uma revisão integrativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 43, p. 95-116, ago. 2025.

OLIVEIRA, Elisabeth Vanusa. **Entre políticas e práticas**: a Lei 13.935/19 no contexto da psicologia escolar educacional: uma investigação do ciclo de políticas na educação e o papel dos psicólogos escolares. [S. l.]: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2025.

OLIVEIRA, Miriam; LEITE, Isabelle; COELHO, Maria. O papel do psicólogo escolar segundo professores: uma abordagem bioecológica. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 28, 1 jan. 2024.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Intermeios, 2022.

RIBEIRO, L. P. Saúde mental escolar como política pública avanços e desafios da Política Nacional de Atenção Psicossocial a Comunidades Escolares. **Cadernos de Educação**, v. 7, n. 2, 2025.

SIQUEIRA, D. L.; MACHADO, A. M. Adolescências, diagnósticos, psicofármacos e escola relatos estudantis em um Instituto Federal. **Sustinere**, 2025.